

O dilema brasileiro

Não há novidade alguma na decisão governamental de reabrir as negociações sobre a dívida externa somente quando as finanças públicas alcançarem um ponto razoável de saneamento. Tal posição, embora não oficialmente formulada até então, estava implícita nas reiteradas manifestações dos negociadores brasileiros no sentido de que, antes de tudo, era necessário definir o quanto o País poderia dispor para resgatar parcelas dos compromissos pendentes e juros.

A pressa dos credores certamente é compreensível, mas não pode servir de pretexto para o endurecimento de posições, inclusive porque não favorecerá o encontro de soluções adequadas. Antes, estenderá a corda da radicalização, sem vantagem alguma para as partes, pois os antigos mecanismos de pressão não funcionam em relação a um país que, para elevar a liquidez de suas contas públicas, pratica a mais severa política de austeridade entre todas as nações endividadas.

Os bancos privados dispõem de um norte à sua frente para orientar-se com bastante precisão. De fato, as duas maiores instituições financeiras mundiais, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, estão dispostos a mediar conversações a partir da constatação de que o Governo empreende internamente os mais arrojados esforços para normalizar a economia. Ora, seria simplesmente paradoxal a hipótese de o Brasil submeter-se a uma exaustiva dieta econômica e continuar com o pagamento da dívida e dos juros em termos conven-

cionais. Uma decisão com semelhante perfil simplesmente arruinaria o programa de estabilização.

Nas condições atuais das relações financeiras já não é mais possível tratar os compromissos dos países endividados pelos antigos critérios, ou seja, o toma lá, dá cá. O simplismo é algo morto e sepultado nessa questão, porque o resgate da dívida pelos processos ortodoxos importaria em condenar as nações devedoras à dilaceração política, em face de previsíveis e inevitáveis turbulências sociais.

No caso específico do Brasil, as demandas sociais já não podem persistir sem adequada resposta do governo, porque raíam a um estado de inconformismo próximo da revolta. Aqui há mais de 40 milhões de pessoas fora da população economicamente ativa, mais de dez milhões de crianças vegetam à margem da sociedade, o analfabetismo vai quase aos 50 por cento e os enfermos de moléstias causadas pela degradação social formam um contingente também de milhões.

A posição brasileira, diante de tantas e tão graves circunstâncias, é a de realizar um balanço para saber em que dimensão financeira poderá satisfazer os seus compromissos externos, algo, portanto, perfeitamente razoável. Antes, porém, é fundamental equilibrar a economia interna e sanear as finanças públicas. Os credores necessitam não só compreender o dilema brasileiro como não esquecer que, para uma dívida estimada em 113 bilhões de dólares, nos últimos 10 anos a Nação pagou nada menos de 123 bilhões.